

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AS CONDIÇÕES DO AMBIENTE EM ASSENTAMENTO RURAL DE SANTA CATARINA

Maria Assunta BUSATO*
Luciara Souza GALLINA*
Danusa Cristine DREYER**
Jaqueline Correa de QUADROS***
Eliane LAVRATTI****
Carla Rosane Paz Arruda TEO*

■ **RESUMO:** No Brasil, historicamente a produção de alimentos básicos esteve associada à agricultura familiar. Neste contexto, estão incluídos os assentamentos rurais que têm buscado produzir seu alimento para autossustentação da família. O objetivo deste estudo foi conhecer a situação de segurança alimentar, a produção de alimentos e os aspectos relacionados às condições do ambiente, produção e armazenamento dos alimentos de um assentamento rural do município de Abelardo Luz (SC). A população do estudo inclui as famílias dos assentados. Foram utilizados três instrumentos para as entrevistas: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, questionário para coleta de dados sociodemográficos, e roteiro para observação dos aspectos higienicossanitários. Os resultados do estudo indicam que todos os agricultores produzem os alimentos que utilizam na alimentação diária e comercializam o excedente para subsistência das famílias. O armazenamento dos produtos é feito nas cooperativas da região, e os que ficam na propriedade são colocados em caixas de madeira. O destino do lixo, na maioria das residências, é queimado ou separado para ser coletado e reciclado. A situação da segurança alimentar indica uma prevalência de 86% de insegurança alimentar leve. As demais famílias estão em situação de segurança alimentar. Considera-se que este índice está relacionado às baixas condições econômicas das famílias apesar da produção de alimentos para o autoconsumo. Há necessidades de orientações técnicas especializadas para produção qualificada, prevenção da contaminação de alimentos tanto na fase de produção como estocagem, atentando para o destino dos resíduos e a preservação das fontes e mananciais de água de consumo humano.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento rural; segurança alimentar; condições higienicossanitárias.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a produção de alimentos básicos no Brasil esteve associada à pequena agricultura familiar. Isto, de certa forma, estabeleceu um paradigma para os assentamentos rurais implementados por diferentes governos estaduais e federais, seja pela própria expectativa dos técnicos responsáveis pelos assentamentos ou, pelo menos num primeiro momento, pelos próprios assentados.¹²

A literatura socioantropológica sobre o campesinato brasileiro traz relevantes indicações teóricas e metodológicas para uma avaliação e interpretação das práticas alimentares no interior de unidades familiares de produção agropecuária, contribuindo assim para uma análise de propostas populares de segurança alimentar,⁹ compreendida como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.⁴ Nessa perspectiva, a insuficiência de renda, o desemprego, a concentração de terra, a mercantilização da água e a precarização da educação limitam o acesso à alimentação em termos de qualidade, quantidade e regularidade, impedindo uma vida digna. Assim, não só os determinantes socioeconômicos, mas outros a eles relacionados, como condições precárias de moradia e de saneamento, interferem com a segurança alimentar das populações.¹⁰

Nesta direção, os assentamentos rurais têm buscado produzir seu alimento para autossustentação da família, observando também as condições da conservação ambiental. Normalmente, nos assentamentos rurais não há dissociação espacial entre o local de produção e o de consumo, o trabalho e a moradia.⁹ Isso potencializa a capacidade deste segmento social para a produção interna de uma alimentação adequada voltada para o consumo do grupo doméstico. Por

* Área de Ciências da Saúde – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – 89809-000 – Chapecó – SC – Brasil. E-mail: assunta@unochapeco.edu.br.

** Nutricionista – Empresa Berneck – 89520-000 – Curitiba – SC – Brasil.

*** Nutricionista – Empresa Berneck – 89066-302 – Blumenau – SC – Brasil.

**** Nutricionista – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – 89809-000 – Chapecó – SC – Brasil.

outro lado, as condições dos locais de produção e de armazenamento dos alimentos nem sempre têm o tratamento adequado, assim como o destino dos resíduos da propriedade rural pode comprometer a segurança alimentar.

O município de Abelardo Luz é o pioneiro em Santa Catarina na organização dos assentamentos rurais, desde a década 1980. Contudo, não existem, atualmente, dados sobre a situação de segurança alimentar em assentamentos rurais nesse município, cuja produção agrícola consta, basicamente, de milho, arroz, feijão, leite e soja. ¹ Considerando que a insegurança alimentar relaciona-se com a vulnerabilidade social por resultar de uma combinação de fatores que podem produzir uma deterioração do nível de bem estar das pessoas, famílias ou comunidades, e considerando, ainda, que a segurança alimentar integra um conjunto de direitos que define a qualidade de vida e pressupõe a equidade social, é pertinente e relevante a realização de estudos que, partindo do diagnóstico das condições do ambiente e de insegurança alimentar, forneçam elementos para a (re)definição de políticas públicas que visem à garantia do direito à alimentação e à redução da exclusão social.¹⁰

Nesse contexto, o assentamento Serra do Papuã II é o foco deste estudo, que objetivou conhecer a situação de segurança alimentar, a produção de alimentos e os aspectos relacionados às condições sanitárias do ambiente, produção e armazenamento dos alimentos.

MATERIAL E MÉTODOS

O município de Abelardo Luz (SC) possui 22 assentamentos rurais que foram progressivamente estabelecidos desde a primeira ocupação, ocorrida em 25 de maio de 1985, com cerca de 200 famílias oriundas dos mais diversos municípios da grande região oeste do Estado. Em abril de 1987, por meio da Portaria 286, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aprovou a destinação de 969 hectares para estes assentamentos, criando 63 unidades agrícolas familiares e contemplando, portanto, somente 63 famílias com a terra, as quais constituíram o assentamento Serra do Papuã II, onde foi realizado este estudo. As demais famílias foram direcionadas para outros assentamentos.

A população do estudo foi constituída pelas famílias de assentados que estavam devidamente legalizadas no INCRA na ocasião da coleta de dados, sendo que, das 15 famílias do assentamento que se encontravam nesta condição, 14 foram entrevistadas, visto que em um domicílio não foi encontrado nenhum membro da família após duas tentativas de visita. Três instrumentos nortearam as entrevistas com as famílias: a) a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para verificar a prevalência da (in) segurança alimentar, o que permitiu classificar as famílias em condição de segurança alimentar (score 0), insegurança alimentar leve (score de 1 a 5), insegurança alimentar moderada (score de 6 a 10) ou insegurança alimentar grave/severa (score de 11 a 15); b) um questionário para coleta de dados sociodemográficos; c) um roteiro para observação

dos aspectos higienicossanitários do ambiente de produção e de armazenamento dos alimentos elaborado especificamente para este estudo.

O tratamento dos dados da pesquisa comportou análise descritiva, com os resultados expressos pela apresentação de medidas frequenciais. A pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó, sob os protocolos nº 119/09 e 129/09. Por ocasião das visitas para coleta de dados, um membro das famílias entrevistadas, maior de 21 anos, assinou o termo de consentimento livre e esclarecido conforme preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

O assentamento Serra do Papuã II, em Abelardo Luz (SC), é formado por 15 unidades agrícolas familiares, sendo que todas elas encontravam-se em condição regular junto ao INCRA na época da coleta de dados e constituíram, segundo o critério de inclusão adotado, a população de estudo. A impossibilidade de localizar e entrevistar um membro maior de 21 anos de uma destas famílias resultou em uma amostra de 14 unidades familiares.

Todas as unidades agrícolas pesquisadas (100%; n=14) no assentamento produzem os alimentos que utilizam na alimentação diária e comercializam os produtos excedentes para subsistência das famílias.

A produção de alimentos é a atividade principal dos assentados. Todas as famílias produzem leite e, na sua maioria (78,6%, n=11), o utilizam como a principal fonte de renda. Os alimentos produzidos, além do leite, são milho, soja, feijão e aveia, que também são usados na dieta habitual das famílias entrevistadas. Para o consumo próprio são também produzidos hortifrutigranjeiros, aves e suínos. Não há comercialização de animais, pois não existem condições higienicossanitárias adequadas e instaladas, conforme preconiza a legislação. Após a colheita, o armazenamento dos produtos é feito nas cooperativas da região, e os que ficam na propriedade são colocados em caixas de madeira e acondicionados em galpões.

A produção de alimentos está localizada distante das instalações dos animais, normalmente em regiões mais altas. Os dejetos dos animais são utilizados nas lavouras por quase todas as famílias (78,6%; n=1), inclusive na horta para o cultivo de produtos para consumo próprio.

Os proprietários das terras com mais de 40 anos representam 77,3% (n=41) e 61,5% (n=16) dos filhos entre 11 e 20 residem com os pais, contribuindo nas atividades de produção. No entanto, há um interesse desses jovens agricultores assentados optarem por trabalhar e estudar na cidade, na perspectiva de melhores condições socioeconômicas.

O grau de escolaridade dos indivíduos com mais de 18 anos (n=36) indica que a maioria (61,1%; n=22), tem ensino fundamental incompleto, basicamente até a 4ª série. Por outro lado, 2,7% (n=1) deles têm curso superior completo e 5,5% (n=2) está cursando ensino superior em

áreas ligadas à agricultura e à educação. Ainda, 2,7% (n=1) dos maiores de 18 anos concluíram o ensino médio. Não há nenhum indivíduo analfabeto nas famílias que estão assentadas na Serra do Papuã II.

Um dos cuidados necessários na produção e na estocagem dos alimentos é o adequado destino do lixo e do esgoto. No assentamento, o destino do lixo é a queima na maioria das unidades familiares (64,3%; n=9) e nas demais (35,7%; n=5) é separado para ser coletado e reciclado. A coleta seletiva foi iniciada recentemente e, por isso, o fluxo de recolhimento não atende às necessidades dos entrevistados, pois é coletado uma vez por semana, o que leva as famílias a optarem por outra forma de descarte de lixo, como depositar ao ar livre (21,4%; n=3) ou enterrar (14,3%; n=2). Os vasilhames provenientes dos agrotóxicos são devolvidos nos locais de compra do produto. Todas as famílias entrevistadas utilizam agrotóxicos na produção de alimentos, ainda que declarem conhecer os seus malefícios.

O destino do esgoto é, basicamente, para fossas sépticas fechadas. Em algumas propriedades (35,7%; n=5) as fossas estão a céu aberto ou os dejetos são despejados diretamente no rio. O abastecimento de água para as famílias do assentamento é feito através de água encanada proveniente de poço.

Em relação à situação de segurança alimentar e nutricional, investigada pela aplicação da EBIA, os resultados demonstram a prevalência de 86% (n=12) de insegurança alimentar leve (IAL) e de 14% (n=2) de segurança alimentar (SAN) nos domicílios pesquisados. Os demais gradientes de insegurança alimentar e nutricional (moderada e grave) não foram identificados neste estudo, indicando que a população avaliada não vivenciava, pelo menos à época da pesquisa, situações concretas de privação de alimentos, mas relatava sentir medo ou receio de não ter quantidade e qualidade de alimento suficiente para a família em um futuro próximo.

DISCUSSÃO

Atualmente, os assentamentos de reforma agrária ocupam um espaço no debate social brasileiro devido à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para a criação de emprego e para o enfrentamento do êxodo rural, assim como para o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.¹¹

A segurança do alimento tem sido amplamente discutida, principalmente nos países desenvolvidos, pelos setores público e privado, e ainda pelos consumidores, visando disponibilizar para a população alimentos que não sejam prejudiciais à saúde.

No intuito de que a produção dos alimentos seja suficiente para a subsistência, no assentamento Serra do Papuã II são produzidos praticamente todos os alimentos consumidos pelas famílias, especialmente os hortifruti-granjeiros, os cereais e os produtos de origem animal como

leite, aves e suínos. Nessa direção, alguns autores⁷ indicam que a produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo. É possível dizer que esta é uma produção residual, associada a pequenas quantidades e a produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados consumidores. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família. Para Grisa & Schneider,⁷ o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades. Esta atividade faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e a identidade destes agricultores.

Na produção de alimentos do assentamento, cuja finalidade é para o consumo próprio, são utilizados dejetos de animais e agrotóxicos nas plantações o que pode comprometer a qualidade sanitária dos alimentos. Siqueira & Kruse¹³ indicam que a utilização de agrotóxicos na agricultura ocasiona o contato, direto ou indireto, do homem com esses materiais. Diretamente, devido ao contato com estas substâncias e/ou produtos em ambientes por estes contaminados, e indiretamente, através da contaminação da biota de áreas próximas a plantações agrícolas, o que acaba por desequilibrar os ecossistemas locais. As formas de exposição responsáveis pelos impactos destes agentes sobre o homem são razoavelmente conhecidas.

A poluição provocada pelo manejo inadequado dos dejetos de animais cresce em importância a cada dia, quer seja por uma maior consciência ambiental dos produtores, quer seja pelo aumento das exigências dos órgãos fiscalizadores e da sociedade em geral. A poluição ambiental por dejetos é um problema que vem se agravando. Diagnósticos recentes têm demonstrado um alto nível de contaminação dos rios e lençóis de água superficiais que abastecem tanto o meio rural como o urbano.⁵

O armazenamento dos produtos também exige grande cuidado quando se trata de alimentos. Tempo e temperatura são requisitos importantes para o controle de certos produtos, como carnes, leites e derivados. O local e a forma também merecem destaque, pois a má conservação pode atrair insetos e roedores. Os produtos não perecíveis das famílias assentadas, deste estudo, ficam estocados em caixas de madeira nas propriedades ou nas cooperativas da região o que pode ser considerado adequado.

O cuidado com o destino dos lixos e esgotos é imprescindível para evitar a contaminação dos alimentos, especialmente os estocados e os consumidos *in natura*. O destino inadequado, quando esses materiais são depositados próximos às plantações, pode causar contaminação dos alimentos produzidos. Como a maioria (64,3; n=9) das residências dos assentados entrevistados oferece destino aceitável para lixos e esgoto, pode-se considerar que, na organização das propriedades, os alimentos, solo e corpos d'água podem estar preservados de contaminação. Por outro lado,

algumas moradias ainda não têm destinação adequada para esses resíduos, o que pode comprometer os ambientes do entorno. É nesta perspectiva que Amaral et al.² indicam que a poluição de corpos d'água por esgotos domésticos é fácil de ocorrer quando as condições de saneamento não são apropriadas. Em virtude das condições precárias de saneamento, existem grandes facilidades de perpetuação de ciclos de transmissão de doenças parasitárias intestinais, entre outras de veiculação hídrica, colocando os moradores em risco de contrair doenças infecciosas.

Para Amaral et al.,² o abastecimento de água é realizado de forma desigual entre as zonas urbana e rural, já que as principais fontes de abastecimento de água no meio rural são os poços rasos e as nascentes, constituindo-se em fontes bastante susceptíveis à contaminação. A maioria das doenças nas áreas rurais pode ser consideravelmente reduzida, desde que a população tenha acesso à água potável.

Propostas de melhorias da qualidade da água para consumo se tornam muito mais complicadas de serem concretizadas na zona rural, pois envolvem vários órgãos públicos e dependem de repasse de verbas para o local. Por isso, os moradores dessas áreas não possuem sistema de saneamento básico, e a água, na maioria das vezes, é proveniente de rios e poços particulares, facilitando a contaminação da água por esgotos domésticos.⁸

A produção dos alimentos no assentamento estudado tem o envolvimento de todos os membros das famílias, incluindo as mulheres e os jovens. Observa-se que os jovens que permanecem no campo dão continuidade às atividades da agricultura familiar, e o fazem com o apoio da família, inclusive obtendo transferência do patrimônio das terras. No entanto, alguns (15%; n=2) jovens membros dessas famílias, quando completaram 21 anos, foram para a cidade com o objetivo de estudar e trabalhar, ficando no campo as pessoas mais velhas e as de menor instrução escolar, o que configura um cenário propício para a perpetuação do êxodo rural. A saída dos jovens agricultores do campo foi observada também em uma pesquisa sobre assentamentos rurais encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.³ Naquela ocasião, foi demonstrado que mais de 72% das propriedades consultadas não produziam o suficiente para manter a família e não geravam renda, tendo sido concluído que, devido a isso, os filhos de agricultores, geralmente ao atingirem a maioridade, procuram outras fontes de renda na área urbana.

A realidade de insegurança alimentar encontrada na comunidade de assentamento Serra do Papuã II não é fato isolado, mas uma situação que acomete muitos assentados nas diversas regiões do Brasil. Em um estudo realizado por Dombeck,⁶ em três assentamentos rurais localizados no extremo oeste do Estado de São Paulo, foi constatado que 58,8% das famílias encontravam-se em situação de insegurança alimentar nos seus diversos gradientes. Destas, 40,7% estava em insegurança alimentar leve (IAL), 14,1% em insegurança alimentar moderada (IAM) e 4,0% em insegurança alimentar grave (IAG). As demais famílias,

representando 41,1%, estavam em condição de segurança alimentar.

Apesar das famílias estudadas utilizarem a estratégia de produzir para seu autoconsumo, tanto os alimentos de origem vegetal como os de origem animal, ainda esteve presente a preocupação com a possibilidade de o alimento vir a faltar antes que as famílias pudessem obter mais, caracterizando a insegurança alimentar em grau leve dessa população. Esta incerteza pode resultar de experiências prévias das famílias, quando lhes tenha faltado alimento em decorrência de intempéries climáticas que acabam prejudicando o plantio ou a colheita. Por outro lado, apesar dessa incerteza, a inexistência de insegurança alimentar moderada e grave entre os entrevistados parece indicar que a produção para o autoconsumo vem cumprindo importante papel na garantia de condições de segurança alimentar nessa comunidade.

As famílias do assentamento Serra do Papuã II, no início de sua organização, contaram com ajuda de entidades como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), INCRA e Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora (IFMMA) na educação, na saúde, na alimentação e na aquisição de sementes para realizarem os primeiros plantios. Uma das atividades desenvolvidas pelas IFMMA foi o incentivo à frequência escolar, de forma que toda criança que estivesse frequentando a escola ganharia uma muda de árvore frutífera. Houve também o incentivo para a organização de uma horta comunitária, a qual ficou sob a responsabilidade das mulheres do assentamento e da escola, melhorando a qualidade da alimentação escolar e incrementando as refeições das famílias. Acredita-se que esta ação, entre outras, contribuiu para que a insegurança alimentar destas famílias não atingisse gradientes de maior gravidade.

Diante da realidade das famílias do assentamento Serra do Papuã II, é importante discutir a situação socioeconômica e cultural determinante na produção agrícola como meio sustentável para identificar a segurança alimentar dessa comunidade.

CONCLUSÃO

A situação de segurança alimentar e a relação com as condições do ambiente da comunidade do assentamento rural Serra do Papuã II de Abelardo Luz indicam que a maioria das famílias está em insegurança alimentar leve, ainda que a sua atividade principal seja a produção de alimentos para subsistência.

As condições higienicossanitárias do ambiente, produção e armazenamento dos alimentos apontam a necessidade de orientações técnicas especializadas a fim de que as famílias possam preservar a qualidade e evitar a contaminação de alimentos tanto na fase de produção como na de estocagem, atentando para o destino dos resíduos produzidos nas propriedades, bem como preservar as fontes e os mananciais de água de consumo humano.

BUSATO, M. A.; GALLINA, L. S.; DREYER, D. C.; QUADROS, J. C.; LAVRATTI, E.; TEO, C. R. P. A. Food and nutritional security and environmental conditions in a rural settlement of Santa Catarina. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 22, n. 4, p. 555-559, out./dez. 2011.

■**ABSTRACT:** In Brazil, the production of basic food was historically associated to family agriculture. The rural settlements that have sought out to produce food for family self-sustenance are included in this context. The aim of this study was to know the food security situation, the food production and the aspects related to environmental conditions, food production and storage in a rural settlement in the municipality of Abelardo Luz (SC). The settled families constituted the population of this study. Three tools were used for the interviews: Brazilian Food Insecurity Scale; a questionnaire about sociodemographic data; a guide for observations of hygienic and sanitary aspects. The results of this study show that all farmers produce food for their daily consumption and commercialize the surplus for family subsistence. Products are stored in cooperatives of the region and the products remaining on the farm are placed in wooden boxes. The garbage is burnt or separated to be collected and recycled in most residences. The food security situation shows a prevalence of 86% of mild food insecurity. The remaining families present a situation of food security. This indicator is related to the low economic conditions of the families, despite the food production for self-consumption. Specialized technical guidelines for qualified production are necessary to avoid food contamination, both in the production phase and in the storage, observing the disposal of waste, preservation of sources and water springs for human consumption.

■**KEYWORDS:** Rural settlement; food security; hygienic and sanitary conditions.

REFERÊNCIAS

1. ABELARDO Luz prefeitura municipal. Disponível em: <http://www.abelardoluz.sc.gov.br/home/index.php>. Acesso em: 08 jul. 2010.
2. AMARAL, L. A. et al. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Rev. Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. 510-514, 2003.
3. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. 2009. **Reforma Agrária não garante renda**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacionalpesquisa-da-cna-diz-que-reforma-agraria-nao-garante-renda,449973,0.htm>. Acesso em: 15 dez. 2010.
4. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar**. Brasília, DF: Positiva. 2004. diretrizes.
5. DIESEL, R.; MIRANDA, C. R., PERDOMO, C. C. **Coletânea de tecnologias sobre dejetos suínos**. 2002. Disponível em: <http://docsagencia.Cnptia.embrapa.br/suino/bipers/bipers14.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.
6. DOMBEK, L. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Segurança alimentar e auto-consumo em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Brasil**. 2006. 106f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000420011>. Acesso em: 13 dez. 2010.
7. GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do auto consumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
8. MATTOS, N. S. **Análise microbiológica da água do assentamento rural de Promissão**. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/406.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.
9. NORDER, L. A. C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Rev. Cad. Debate**, v. 6, p. 40-50, 1998.
10. PEREIRA, D. A. et al. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. **Seg. Aliment. Nutr.**, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.
11. REYDON, B.; ESCOBAR, H. H.; BERTO, J. L. **Assentamentos rurais e estratégias desenvolvimento local no Oeste Catarinense**: texto para discussão. 2007. (IE/UNICAMP, n. 123). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto123.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.
12. SALLES, T. J.; BERGAMASCO, M. S. Assentamentos rurais e produção de alimentos básicos: uma abordagem a partir de um estudo de caso. **Rev. Cad. Debate**, v. 3, p. 1-13, 1995.
13. SIQUEIRA, L. S.; KRUSE, M. H. L. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. **Rev. Esc. Enferm.**, v. 42, n. 3, p. 584-590, 2008.

Recebido em: 07/03/2011

Aprovado em: 25/11/2011